



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ALIANÇA TERRA-CAPITAL: A ESTRATÉGIA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BOLSÃO SUL-MATOGROSSENSE¹

Rosemeire Aparecida de Almeida²

INTRODUÇÃO

A partir de 2007, inicia-se um intenso processo de valorização da agricultura empresarial no território do Bolsão sul-matogrossense, tendo o município de Três Lagoas como epicentro. Este processo tem como marco a troca de ativos entre *International Paper/IP* e Votorantim Papel e Celulose/VCP, envolvendo a transferência da unidade de celulose e papel de Luiz Antônio (SP) da VCP para a IP, em troca de ativos florestais e licenças ambientais em Três Lagoas (MS) - negociação essencial para fomentar a expansão do capital eucalipto-celulose na região. Em 2009, com a união da Aracruz Celulose e da Votorantim Celulose e Papel (VCP) forma-se a empresa Fibria e o negócio eucalipto-celulose consolida-se com a entrada em operação da fábrica “Horizonte 1”, em Três Lagoas - que articulou plantio de eucalipto e processamento da celulose, sob controle da Fibria (atual Suzano).

Figura 1- Localização do território rural do Bolsão-MS

¹ O trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Da Hegemonia do Agronegócio Eucalipto-Celulose às Estratégias de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa: Subordinação e Resistências Agroecológicas no Bolsão Sul-Mato-Grossense”. Este projeto tem apoio financeiro da Fundect, TO 167/2024.

² Docente na UFMS, Campus de Três Lagoas/MS. E-mail: rosemeire.almeida@ufms.br

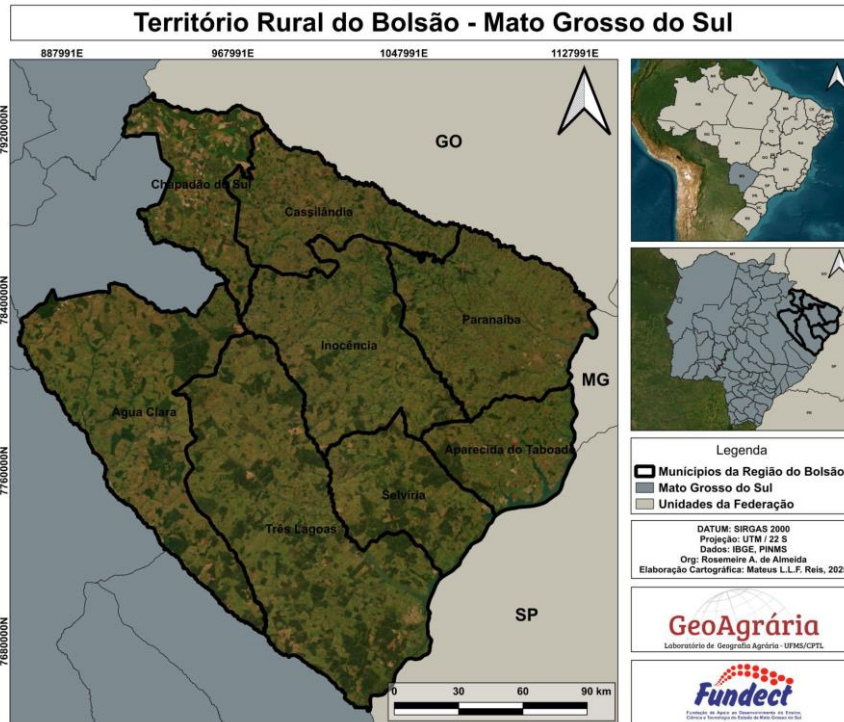


XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

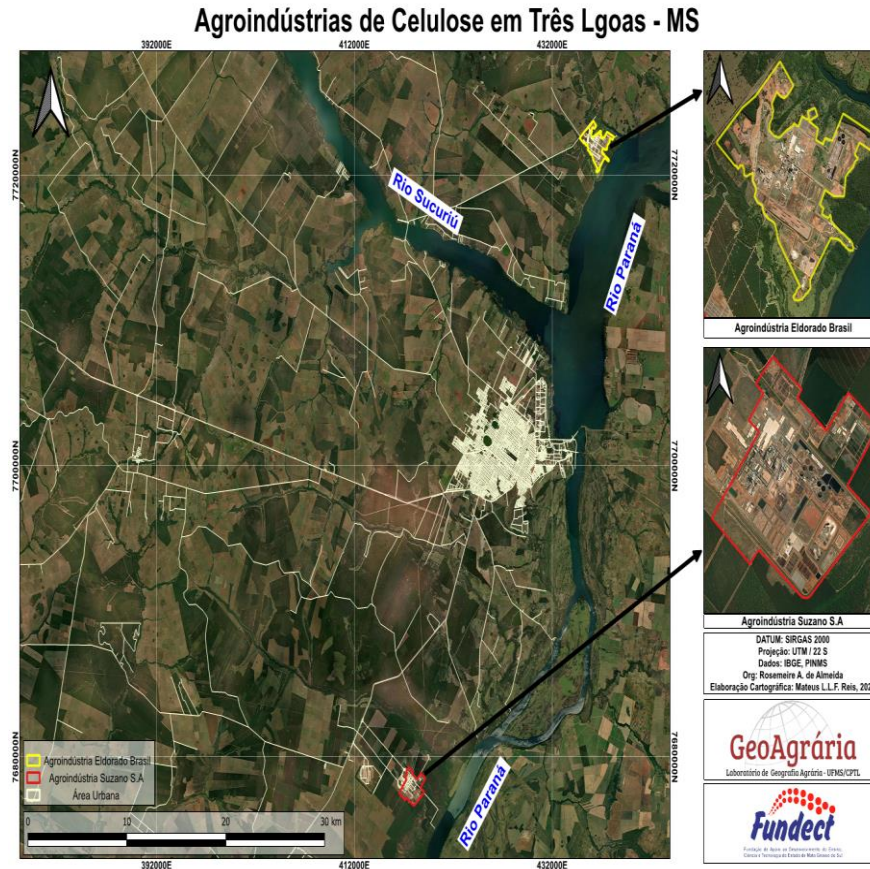
08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Em 2012 o grupo J&F Investimentos, até então, sem lastro no negócio da silvicultura, coloca em operação a empresa Eldorado Brasil, em Três Lagoas, com capacidade de produção de celulose de 1,8 milhão de toneladas de celulose/ano - superior a “Horizonte 1”. Em 2017, a Fibria supera a produção da Eldorado Brasil com a implantação do projeto “Horizonte 2”, em meio a um cenário de mudança na direção da Eldorado Brasil Celulose com a compra de suas ações pelo grupo empresarial Paper Excellence. Em 2018, tem início uma longa disputa judicial pelo controle acionário da Eldorado Brasil, resolvida em 2025 com a compra da participação acionária da Paper Excellence pela J&F - que reassume o controle da empresa.



Figura 2 – Localização das agroindústrias de celulose: Suzano e Eldorado Brasil



Neste ínterim, a empresa Suzano consegue hegemonia na região a partir de um novo cenário expansionista, agora em direção ao leste do MS. Em 2021, implanta a unidade de processamento de celulose no município de Ribas do Rio Pardo/MS (230 km de Três Lagoas), com capacidade de 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano – até, então, a maior linha única de produção de celulose do mundo. O projeto, batizado de “Cerrado” com investimentos anunciados em R\$ 22,2 bilhões – o maior da história da empresa, entrou em operação em julho de 2024 dando materialidade aos interesses capitalistas de construção do chamado “vale da celulose” no leste do MS.

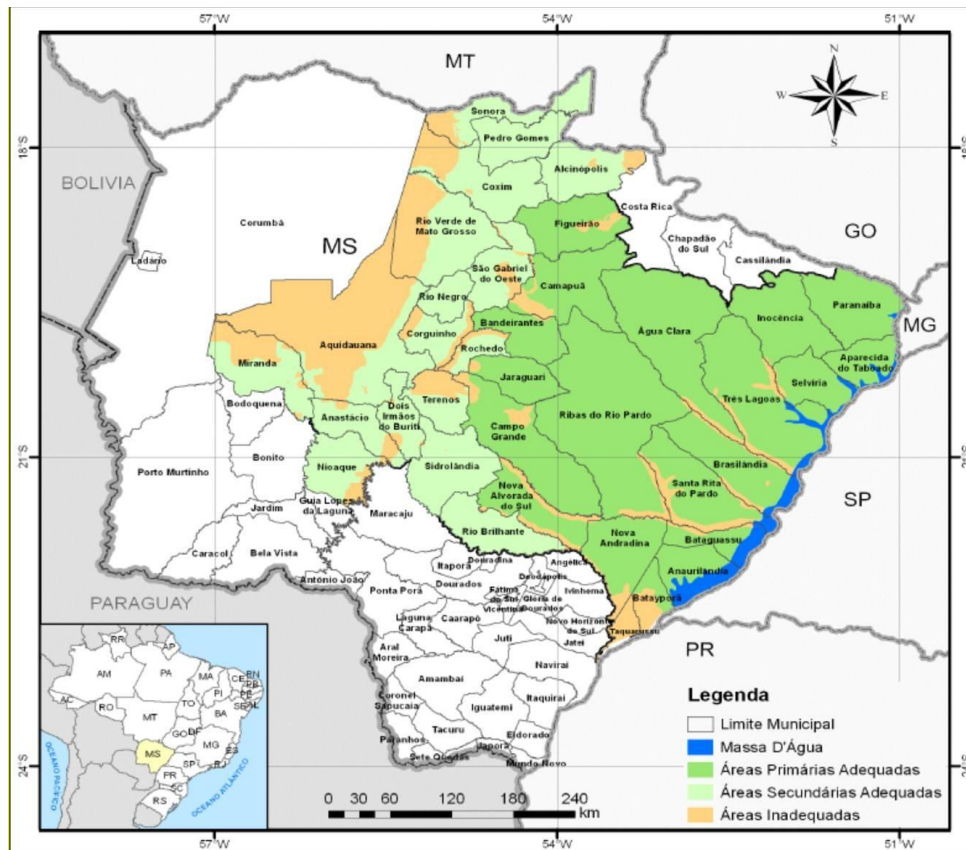
Desde o princípio buscou-se um *habitus* linguístico³ relacionado ao eucalipto-celulose capaz de gerar uma moldagem unificadora para a região do Bolsão: a área core de expansão

³ *Habitus* linguístico é um conceito central na teoria da Prática Social de Pierre Bourdieu (2001). Refere-se ao sistema de disposições socialmente adquiridas que moldam a maneira como um indivíduo/classe percebe, pensa e utiliza a linguagem. Ou seja, não é inato, é formado por meio do processo de socialização, funcionando como um "princípio gerador e unificador" do conjunto das práticas linguísticas.



desta agricultura empresarial. O termo “vale da celulose” se constitui como *habitus* linguístico e sua origem pode ser apreendida no projeto institucional do Estado que teve início em 2009, a partir do o primeiro Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul (PEFMS). Este estudo definiu as áreas prioritárias para plantio de eucalipto. De acordo com o PEFMS, o plantio de florestas é recomendado em cerca de 77% da região delimitada (áreas primárias e secundárias), isto é, um total de mais de 14 milhões de hectares destinados a compor o “vale da celulose” – representado pelo mapa a seguir. (PEFMS,2009, p. 281). Atualmente, o eucalipto extrapolou o leste, está sendo plantado em municípios situados mais ao Nordeste do estado, indicando que a produção em escala é uma opção mais interessante que o aumento da produtividade por hectare.

Figura 3: Vale da celulose - a mão visível do Estado



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR – de Mato Grosso do Sul, 2009.

Como resultado deste ordenamento territorial, Três Lagoas é lançada como polo industrial de celulose, ação efetivada por meio da Lei Estadual no 4.336, de 11 de abril de 2013 que outorgou ao município o título de “Capital Mundial da Celulose”. A lei foi sancionada por



Simone Tebet, então governadora de Mato Grosso do Sul e atual Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil. Em 2025, o processo iniciado em 2009 se consolida com a criação oficial do “Vale da Celulose” em Mato Grosso do Sul, após sanção do governador Eduardo Riedel⁴.

Outra parte importante deste *habitus* linguístico foi direcionada a construção da propalada vocação florestal do leste do MS, tendo como articulador do discurso a Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Reflore-MS). Neste sentido, os arautos regionais usam as condições edafoclimáticas como determinação para a atração das empresas para a região, o que é uma ideologia. A existência de uma interação favorável entre o eucalipto-celulose e o ecossistema sul-matogrossense é real, a exemplo da tropicalidade e da água em abundância, todavia não se trata de um determinismo ambiental, uma vez que condições econômicas foram produzidas para que essa realidade se convertesse em ganhos de capital, em particular a presença de incentivos fiscais, terra concentrada e ociosa com preços atrativos.

A movimentação política envolvendo a expansão do plantio de eucalipto, ocorre par a passo com o aumento do desempenho econômico da celulose no MS. Em 2024, o estado alçou ao segundo lugar na produção de celulose no Brasil e terceiro em área plantada com eucalipto, respondendo por 24% da produção nacional de celulose - com quatro municípios detentores da maior área plantada de eucalipto no país. O que temos é um binômio eucalipto-celulose.

⁴ Governador sanciona lei de Caravina e oficializa o “Vale da Celulose” em MS. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Deputado/Noticias/142214/governador-sanciona-lei-de-caravina-e-oficializa-o-vale-da-celulose-em-ms> Acesso em: 26 Nov. 2025.



Figura 4: Mato Grosso do Sul: área plantada de eucalipto – hectares – 2006-2024



Fonte: IBGE. Org. Marine Dubos-Raoul, 2025.

Esta realidade alcançada em pouco mais de uma década tem estreita relação com a participação estratégica do Estado como indutor da “modernização” da agricultura, no sentido amplo do termo. Segundo a Semadesc⁵, em 2025 a celulose passou a ser o principal produto da pauta exportadora sul-matogrossense respondendo por 29,34% do total exportado, ultrapassando a soja que ficou com 24,51%. O que sinaliza que o capital celulósico encontrou um ciclo virtuoso de acumulação baseado na reprimarização da economia e no rentismo, pois não se trata de exportação e papel, mas sim de celulose que possui baixo valor agregado e cuja competitividade mundial baseia-se numa ampla renúncia fiscal do Estado, uma vez que majoritariamente a celulose é mercadoria da pauta exportadora beneficiada pela lei Kandir⁶.

Sem dúvida, o processo de construção da hegemonia das corporações do setor de eucalipto-celulose foi amplamente alicerçado em recursos públicos com financiamentos,

⁵ <https://www.semadesc.ms.gov.br/celulose-mantem-lideranca-e-exportacoes-de-ms-crescem-424-no-acumulado-de-janeiro-a-outubro-de-2025/>

⁶ A Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996) é uma legislação brasileira que isenta a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos, especialmente os primários e semielaborados.



incentivos fiscais, doações, e em normatizações que ordenaram o território e alteram legislações em prol da integração entre proprietários de terra e burguesia industrial rumo a modernização sem reformas sociais.

O Instituto Votorantim recebeu [BNDES]o montante de R\$ 55 milhões em recursos não reembolsáveis (Fundo Social), entre os anos de 2010 e 2015, que foram destinados ao programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes) e ao Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), sendo, desse total, R\$ 5,2 milhões destinados exclusivamente para Fibria-MS Celulose; já pela Linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE), a Fibria recebeu um montante de R\$ 48 milhões entre 2006 e 2018, sendo R\$ 24 milhões destinados exclusivamente para unidade Três Lagoas, em três contratos (2009, 2016 e 2018). (Bersani, 2022, p. 313).

Reitera-se que a participação do Estado na promoção do agronegócio brasileiro vai muito além do crédito rural englobando isenções, perdão de dívidas, mudanças nas legislações etc, como já exemplificou Fabrini (2008). A modernização conservadora, que é a base do discurso desenvolvimentista, se mantém incólume independentemente da posição política dos governos. Em 2025, o governo Lula⁷ sancionou lei que muda a Política Nacional de Meio Ambiente, retirando o plantio de monoculturas para extração de celulose, como pinus e eucalipto, da relação de atividades que se utilizam de recursos ambientais e são potencialmente poluidoras⁸. Na prática, isso isenta essas monoculturas da necessidade de licenciamento ambiental mais rigoroso e do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). Recentemente, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, expos na mídia nacional o grau da parceria do banco com o setor privado das papeleiras. Segundo Mercadante, a Suzano foi a primeira empresa privada a receber dinheiro do BNDES e a quinta empresa brasileira que mais recebeu crédito na história do banco, além disso “A parceria é tão forte que um servidor do BNDES que está licenciado foi autorizado pelo banco a trabalhar na diretoria da Suzano⁹”.

Figura 5 - BNDES - desembolsos para o setor de celulose e papel (1995-2017), em bilhões de reais

⁷ <https://oeco.org.br/noticias/lula-sanciona-lei-que-permite-monoculturas-de-eucalipto-sem-licenciamento-ambiental/>

⁸ Importante destacar esta isenção do licenciamento ambiental para a silvicultura já existia em MS desde 2007 por meio do Art. 1º da RESOLUÇÃO SEMAC/MS N.17 DE 20 DE SETEMBRO DE 2007.

⁹ <https://www.brasil247.com/reindustrializacao/mercadante-rebate-criticas-do-ceo-da-suzano-a-politica-industrial-do-governo-lula-desconhecimento-completo>

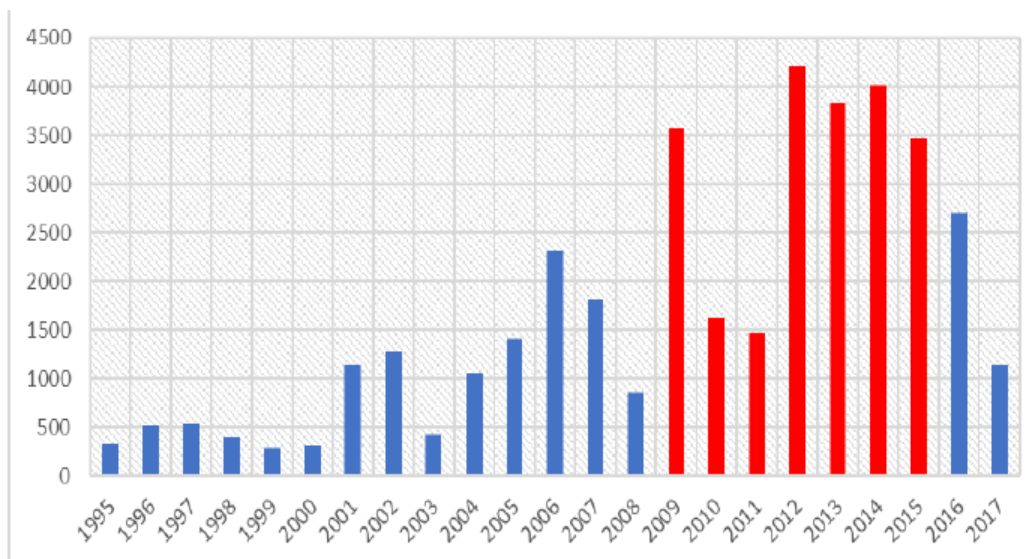


XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: BNDES Transparência (2019). Org: André R.S. Bersani, 2022.

A participação do Estado brasileiro como agente promotor da industrialização da agricultura é amplamente conhecido na literatura acerca desta temática. A década de 1960 marcou o auge deste processo com a chamada revolução verde, cuja concessão de crédito altamente subsidiado vinculado a um pacote de insumos industriais foi o mecanismo central de indução de uma parte do latifúndio improdutivo/especulativo a um padrão de modernização compulsória. Em razão do forte endividamento público aliado a crise econômica dos anos de 1980, o modelo de industrialização da agricultura sofreu alterações, o subsídio foi substituído pelo incentivo fiscal atrelado a exportação.

Diante da constatação da manipulação do Estado pelos setores oligopólicos e do volume de recurso efetivamente repassados de forma direta e indireta aos setores “caificados”, a eficiência econômica deste setor fica questionável e a reclamada desestatização torna-se uma farsa. (...). Ou seja, a eficiência dos grandes empreendimentos é, em grande parte, uma eficiência política e não econômica. (Martine, 1991, p. 24-25).

O desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira foi motivo de muitas análises, destaca-se para este trabalho a interpretação de Guimarães (1976) que define este processo como expressão de uma modernização conservadora, termo originalmente elaborado por Barrington Moore Junior para pensar Alemanha e Japão (Pires, Ramos, 2009). Para o referido autor, estamos diante de uma modernização conservadora quando a estratégia objetiva crescimento da produção agropecuária mediante renovação tecnológica sem que a estrutura



agrária seja alterada, portanto um processo diametralmente oposto à reforma agrária como estratégia de democratização da terra.

A manutenção do monopólio da terra no processo de modernização conservadora, por sua vez, exige uma leitura para além da mudança da base técnica. Neste sentido, essencial é a contribuição de Martins (1989) ao afirmar que o pacto político de classes em torno da renda fundiária é central na acumulação capitalista no Brasil por meio da aliança terra-capital, amplamente viabilizada pelo Estado.

Ao invés de a irracionalidade econômica, representada pela renda fundiária, ser removida pela nacionalização da propriedade ou pela reforma agrária, que atingiria mortalmente as oligarquias proprietárias de terra (um pouco como fizeram os militares no Peru), foi removida pelo subsídio financeiro, pelos incentivos fiscais, que transferiram para toda a sociedade o ônus da manutenção econômica e política da classe dos grandes proprietários de terra”. (Martins, 1989, p. 83).

A reflexão de Martins, embora fundamental para o entendimento do papel do Estado na transferência de recursos públicos - via doações e incentivos fiscais para que o grande capital se tornasse proprietário de terra, garantindo assim a permanência da classe dos proprietários de terra na estrutura do poder, não é suficiente para desnudar o papel deste capitalismo rentista brasileiro no contexto mundial da acumulação do capital.

Nesta direção é que são centrais os debates de Oliveira (1981, 2012) ao trazer a perspectiva geográfica para compreensão da relação indústria e agricultura, tendo como pano de fundo a aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. A compreensão do lugar do capitalismo/capitalistas brasileiros na escala mundial da acumulação é a chave explicativa desta aliança, via processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios – formas de garantir o acesso da burguesia internacional à terra nacional e, portanto, a renda fundiária.

A mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação. (Oliveira, 2012, p. 01)

METODOLOGIA



Utiliza-se neste trabalho os recursos técnicos da pesquisa bibliográfica, da análise descritiva e do método dialético marxista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender as recentes mudanças no território do Bolsão sul-matogrossense é preciso destacar o elevado índice de concentração da terra na região. No Bolsão, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os extratos de área acima de 1000 ha, somam 872 estabelecimentos e dominam 71,54% da área total do Bolsão - com uma área média de 3.236,48 ha. Portanto, em 2007 o cenário que o capital celulósico encontrou se assemelha a este: terra cativa, pecuária extensiva com baixo índice de produtividade, leia-se latifúndio especulativo.

Tabela 1 - Território Rural do Bolsão: Estrutura Fundiária 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos de 50	2.101	33,61%	40.681	1,03%	19,36
50 a menos de 100	670	10,72%	39.219	0,99%	58,54
100 a menos de 200	683	10,92%	100.407	2,55%	147,01
200 a menos de 500	1.128	18,04%	369.075	9,36%	327,19
500 a menos de 1000	798	12,76%	571.960	14,50%	716,74
Acima de 1000	872	13,95%	2.822.213	71,57%	3.236,48
Total	6.252	100,00%	3.943.555	100,00%	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017. Org: Baratelli, 2022.



Neste contexto, não é exagero afirmar que a expansão do agronegócio eucalipto-celulose premiou os proprietários que monopolizam a terra como reserva de valor, ou seja, expectativa de ganho futuro – cerne do capitalismo rentista. Em Três Lagoas, no preço do hectare “houve um aumento de cerca de 100% entre os anos de 2007 e 2016”. (Baratelli, 2019, p. 51). Neste período, a aliança terra-capital em Três Lagoas virou sinônimo de “mina de ouro verde”¹⁰

As terras antes consideradas baratas no leste do MS voltaram ao centro das disputas neste último ano - após anúncio da instalação de novas agroindústrias de celulose no “vale da celulose”. A majoração do preço da terra atingiu patamares tão elevados que a aliança capitalista de classes deu sinal de crise – o arrendamento/ano do hectare saltou de R\$ 1.100,00 para R\$ 1.600,00 ficando muito próximo do preço das cobiçadas terras vermelhas para plantio de grãos na região centro-sul do estado.

Esta disputa em torno do preço da terra no Bolsão pode ser indicadora de que o lugar da renda fundiária na acumulação parece depender cada vez mais de um jogo pendular, e não mais de uma aliança indubitável entre proprietários de terra e capitalistas empresariais, especialmente no capitalismo celulósico que consegue separar a atividade de produção da celulose do plantio de eucalipto - nem sempre a figura do proprietário de terra e do capitalismo se fundem neste tipo de atividade. Na nova versão do PEFMS, datada de 2022, existe abertura para novos atores no jogo de forças em torno do pagamento da renda fundiária. A versão atualizada traz linhas de financiamento para o plantio de eucalipto a fim de atrair empresas de diferentes perfis, ampliando para as papeleiras a possibilidade de oferta de madeira e diminuindo a necessidade de compra e/ou arrendamento de terra dos grandes proprietários¹¹.

A referida escalada do preço da terra no Bolsão foi motivo de ampla reportagem na mídia regional, em que donos de imobiliárias e proprietários de terra denunciaram a existência de um cartel entre as agroindústrias de celulose com o objetivo de combinar o preço máximo para o pagamento de arrendamento, visando estabilizar o mercado de terras¹².

¹⁰ Reportagem disponível em: < <https://www.rcn67.com.br/tres-lagoas/eucalipto-a-mina-de-ouro-verde/>>. Acesso em 18 de Ago. 2025.

¹¹ A presença no Bolsão de empresas gestoras de investimentos em madeira conhecidas como *Timberland Investment Management Organizations* (TIMOs) à exemplo da Lacan, Brookfield, Brasil Florestal, COPA Florestal, TTG-BTG, dentre outras, pode ser uma estratégia do setor celulósico para driblar o problema da renda fundiária na acumulação do capital, uma vez que a parceira com TIMOs garante por um período longo o fornecimento de matéria-prima sem a necessidade de despendimento de capital na aquisição de terra. A respeito ver: Silva, 2025.

¹² Reportagem disponível em: < <https://correiodoestado.com.br/cidades/gigantes-da-celulose-se-unem-e-derrubam-custo-das-terras-em-ms-diz/444147/>>. Acesso em 19 de Ago. 2025.



Em tese, a centralidade do negócio eucalipto-celulose no Bolsão se apoia na estrutura fundiária concentrada, com terra em abundância a preços relativamente baixos, situação que permite as papeleiras manter a competitividade via aumento da produção em escala. Todavia, para que estes elementos possam se fundir formando o pacto terra-capital foi/é preciso a participação ativa do Estado. A premissa teórica é que a atuação do Estado foi decisiva para induzir a aliança terra-capital no Bolsão a partir de ações direcionadas, a saber: financiamento público (BNDES), isenções fiscais, flexibilização ambiental, normatização estadual via plano estadual de florestas plantadas (PEFP-MS). Resta entender se esta atuação inicial do Estado é suficiente para manter a aliança terra-capital a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em estudo sobre a territorialização da Fibria/Suzano em Mato Grosso do Sul, Bersani (2022) concluiu que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o grande articulador da expansão da produção de celulose no Brasil. Somadas às contribuições de Marques (2015), podemos afirmar que o BNDES vai além desta condição de articulador - a partir de 2009, passa a atuar como financiador e empreendedor, adquirindo e ampliando suas ações no negócio celulósico.

A solução para evitar a falência da empresa [Aracruz] se deu por meio de uma negociação em que o BNDES, que já era acionista da Aracruz, com 12,5% do capital votante, entrou com um aporte de R\$ 2,65 bilhões na formação do capital da nova empresa criada a partir da aquisição da Aracruz pela VCP, a Fibria. Ao final, a participação do banco na empresa ficou maior que a do próprio Grupo Votorantim. A BNDESPar ficou com 34,9% da Fibria, a VCP, com 29,3%, e os restantes 35,8% ficaram no mercado” (Costa, 2012 Apud Marques, 2015, p. 128).

Importante destacar que estes investimentos para o capital celulósico não ficam restritos à esfera federal, posto que estado e municípios participam ativamente desta produção ideológica do desenvolvimento.

Neste sentido, é que deve ser entendido o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul - PEFMS. A primeira versão do plano é lançada pelo governo em 2009, marcando o primeiro período da territorialização do capital celulósico. Nesta versão temos um ordenamento territorial arrojado a partir da identificação das



chamadas áreas prioritárias para expansão do plantio de eucalipto, identificado no documento como “floresta plantada”. Há também clara orientação acerca do papel decisivo das autoridades governamentais na efetivação de planos de governo favoráveis ao desenvolvimento do setor florestal no estado.

Todavia, o plano de eucaliptização do leste do MS exigia flexibilização ambiental para que a velocidade da expansão fosse compatível com os interesses do capital celulósico. Realidade que foi possível após a aprovação da Resolução n.17, de 20 de setembro de 2007, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE), que dispensou o licenciamento ambiental das atividades de plantio e transporte de espécies florestais. Desde 2007 o plantio de eucalipto no MS não é considerado atividade de impacto, ou seja, para plantar eucalipto no estado era exigido apenas o envio de relatório de planejamento ao Instituto do Meio ambiente do MS, com informações básicas de quantidade e local da plantação. (KUDLAVICZ, 2011).

(...) para a prefeita [de Três Lagoas], o que tem mais influenciado os empreendedores é a rapidez nas liberações das licenças ambientais. “Aqui nós não perdemos tempo, o município tem parceria com os governos federal e estadual e apressa a liberação de documentos”. Essa rapidez, segundo Carlos Rosa, foi decisiva para que a Eldorado se instalasse em Três Lagoas. “Tínhamos outras duas áreas em municípios próximos, mas a liberação ambiental rápida nos fez escolher Três Lagoas”, revelou. (OESP, 20/06/2010, Economia, p. B8¹³).

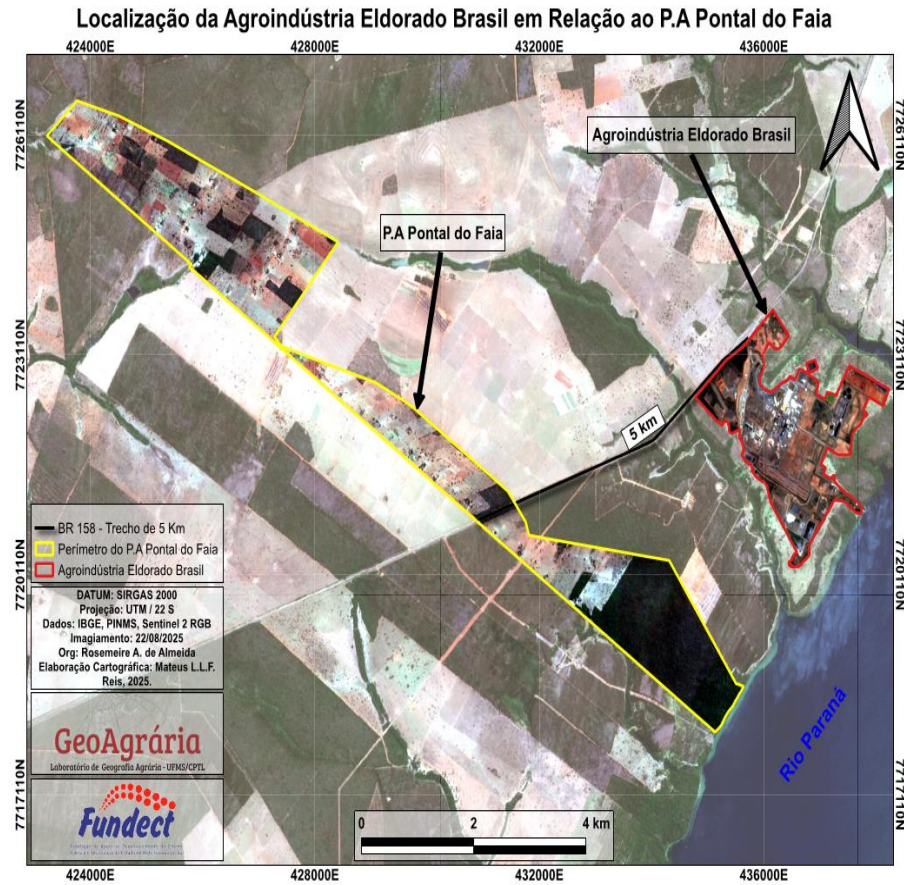
A perda de controle acerca da fiscalização do plantio e manejo do eucalipto por parte do Estado tem deixado as comunidades rurais do território do Bolsão vulneráveis aos impactos de toda ordem, que envolvem desde o desaparecimento de nascentes à crise de soberania alimentar.

No município de Três Lagoas, a escassa e limitada reforma agrária encontra-se sitiada pela eucaliptização, exemplo contumaz é o assentamento Pontal do Faia. Este foi o primeiro projeto de Reforma Agrária implantado no município de Três Lagoas, após mais de um ano de acampamento organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas. Em 2000, a área de 1.485ha foi desapropriada pelo INCRA, beneficiando 45 famílias. A agroindústria de celulose da empresa Eldorado Brasil, implantada em 2009, localiza-se a cinco (5) km do Pontal do Faia.

¹³ <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/capital-do-gado-vira-potencia-industrial>

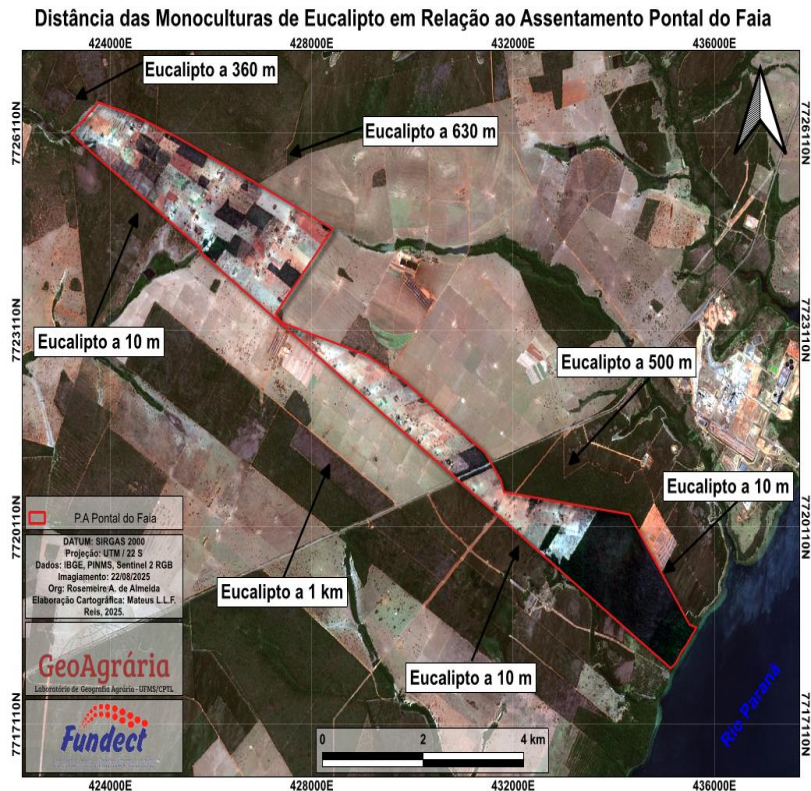


Figura 6 – Distância de 5km da Eldorado Brasil em relação ao assentamento Pontal do Faia



Articulado com a agroindústria de celulose, o monocultivo de eucalipto cerca o assentamento Pontal do Faia.

Figura 7: Assentamento Pontal do Faia ilhado pelo deserto verde



Os impactos do binômio eucalipto-celulose fazem parte do cotidiano das famílias assentadas e têm sido registrados em diversas pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS/Três Lagoas - vide Oliveri (2025). Em particular, destaca-se a dificuldade de convivência de manejos produtivos completamente opostos no tocante a lógica de uso da terra. Lotes de agricultura familiar com experiência de transição agroecológica, de um lado, monoculturas de eucalipto em larga escala, de outro. O resultado é um (des)encontro territorial de grande prejuízo para os assentados porque são eles quem recebem - em suas roças, pomares e hortas - os desequilíbrios do ecossistema local impactado pela monocultura. A figura 8 é exemplo de ataque recente de insetos no assentamento Pontal do Faia, em que o pomar da família foi completamente destruído em poucas horas. Nas fotos pés de goiaba, folhas e fruto de manga, em que é possível ver a presença destruidora do “besouro do eucalipto” - como é conhecido pelos assentados, apenas neste ataque foram exterminados 21 pés de goiaba. O pomar compunha a principal fonte de renda da família.

Figura 8: Besouro do eucalipto em pomar camponês



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Arquivo do laboratório de Geografia Agrária/UFMS, 2025.

Palavras-chave: Eucalipto-celulose, Mato Grosso do Sul, Estado, Rentismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Da Hegemonia do Agronegócio Eucalipto-Celulose às Estratégias de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa: Subordinação e Resistências Agroecológicas no Bolsão Sul-Mato-Grossense. In: SANTOS, Shirley Cristina



dos et al (Orgs.). **Da Amazônia para o mundo: territórios, diversidades e povos tecendo futuros.** Encontro nacional de Geografia Agrária (ENGA), 2025. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2025/05/E_book_xxvi_enga_06_05_25_compressed_compressed_compressed-2.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BARATELLI, Amanda E. S. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.** 2019. 71p. (Monografia de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BERSANI, André R. dos S. **Territorialização do Setor de Celulose e a Pedagogia Política da Dominação Burguesa: a atuação da Fibria/Suzano em Mato Grosso do Sul.** 2022. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução SEMAC/MS no 17 de 20 de dezembro de 2007. Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas.** Relatório final. Campo Grande-MS, março de 2009.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul.** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR. 2022. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Plano-Estadual-de-Florestas-Plantadas-MS_versao-publicacao.pdf Acesso em: 26 Nov.2025.

FABRINI, João E. Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho**, 9(1). Junho/2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643> Acesso em: 26 Nov. 2025.

GUIMARÃES, Alberto P. **Agricultura: la estratégia de la modernización conservadora.** 1976. Disponível em:< http://r1.ufrrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosa.htm>. Acesso em: 16 ago. 2025.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

MARQUES, Marta I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano papel e celulose. **GEOgraphia – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015.** Disponível em: chrome-



extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://pdfs.semanticscholar.org/48f5/df51c342c7491e764200cfac7ba2c2611b69.pdf Acesso em: 26 nov. 2025.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23, 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/wg3RJCWFytyd5zJgbn8tVwS/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MARTINS, José S. Capitalismo rentista e autoritarismo. Igreja e os Conflitos: o Refúgio dos Sofredores. Discurso Sobre a Reforma Agrária e o Impasse. In: **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 79-96.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (2017). Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista De Geografia**. São Paulo, 1981, 58, p. 5-64. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1036> Acesso em: 16 Ago. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/acta/s/14-A-Oliveira.pdf Acesso em: 26 Nov. 2025.

OLIVERI, Melissa P. A R-Existência do Campesinato frente à Expansão do Eucalipto-Celulose no Borsão Sul-Mato-Grossense. 2025. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

PIRES, Murilo. J. S, RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 40, n. 03, Jul-Set 2009. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, Mariana Lopes da. **Capital Financeiro e Agricultura: A influência dos investimentos em “florestas” plantadas no território brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Geografia Humana. São Paulo, 2025.